



FÓRUM PARLAMENTAR
SOBRE ARMAS LIGEIRAS E DE PEQUENO PORTE

Declaração da política sobre crianças e armas ligeiras e de pequeno porte

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado de 1-2 de Setembro de 2007 em Estocolmo, Suécia.

O impacto de armas ligeiras e de pequeno Porte sobre as crianças é evidente. De acordo com o relatório de pesquisa independente para o estudo das Nações Unidas sobre a violência contra as crianças, “ ali ode as armas e outros armamentos estão disponíveis, muitas das vezes as lutas provocam ferimentos graves e morte”. Na verdade, poucos questionam a vulnerabilidade das crianças como vítimas da violência armada. Por tanto, existe uma lacuna considerável no engajamento com em relação a definição de crianças como alvos das armas ligeiras e de Pequeno Porte no contexto da violência e onde os mecanismos de prevenção da violência estão em falta.

Desde a sua inserção, o Fórum reconheceu os problemas a volta do envolvimento de crianças e jovens em grupos armados como soldados miúdos ou participantes no crime organizado e impulsionou-se a debater o problema nas suas causas profundas. A declaração final da Assembleia Anual na cidade de México, assinalada em 2005, apelou aos membros para apoiarem as políticas e medidas legislativas que reabilitariam e reintegrariam as crianças afectadas por Armas Ligeiras e de Pequeno Porte. Neste mesmo ano, foi formado uma parceria entre a Save the Children de América Latina e o Fórum para realizarem o trabalho neste assunto, começando com um estudo conjunto para incluir a perspectiva dos direitos das crianças no trabalho do Fórum.

As medidas proibitivas a nível internacional se centram na discussão dos limites de idade na posse de armas de fogo ao civil. As medidas persuasivas como a educação de risco têm tipicamente sido implementadas como instrumento de sensibilização realçando os perigos associados com as armas ligeiras e de pequeno porte. Ainda de acordo com a casa responsável pela remoção de armas ligeiras e de pequeno porte da Europa Sul ocidental (SEESAC) enquanto que tal abordagem funciona com adultos, por um pouco nenhuma evidencia sugere a sua utilidade com crianças, que são incapazes de racionalizar a natureza mortal do uso de arma do mesmo modo.

As capacidades parlamentares da legislação, monitoria e campanha, colocam os membros do Fórum numa posição chave para estabelecer melhores mecanismos proibitivos e persuasivos funcionais para prevenir e combater o impacto de armas ligeiras e de pequeno porte nas crianças. Os parlamentares são actores integrais na aplicação de medidas interinstitucionais, apresentando em conjunto uma ampla equipa de actores, das igrejas até as associações de pais e assim em diante. Porém, o participante mais importante envolvido é a criança e é necessário incorporar as perspectivas dos direitos da Criança a estreita cooperação das organizações baseadas na criança incluindo a Agencia das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), Save the Children, e outras.

Vários instrumentos orientam o ponto focal da política do Fórum sobre as crianças e Armas ligeiras e de Pequeno porte. A convenção sobre os direitos da criança declara que todas as medidas legislativas, sócias e educacionais apropriadas devem ser tomadas para protegerem a criança de todas as formas da violência física e mental e ferimento; e apoiar a participação da criança e consulta no processo.

A UNICEF é a agencia líder das Nações Unidas para a protecção da criança incluindo a protecção de todas formas de violência contra as crianças e propôs um conceito do “Plano de trabalho de Ambiente de Protecção”, par garantir que os governos encaminhem os sistemas sublinhados que falham em proteger as crianças. O plano de trabalho define oito elementos que determinam a protecção das crianças da violência, exploração e abuso. Esta abordagem de protecção da criança é mais relevante que a sensibilização de “rápida fixação” e os programas de educação sobre asmas.

A declaração de Genebra promove uma abordagem compreensiva as questões de redução de violência armada reconhecendo as diferentes situações, necessidades e recursos dos homens e mulheres, rapazes e raparigas, como esta reflectido na provisão das Resoluções 1325 e 1612 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para garantir que a prevenção da violência armada e a redução das iniciativas apontem factores de risco específicos e grupos, os programas devem providenciar meios de sobrevivência alternativos não violentos para indivíduos e as comunidades.

Objectivos

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado de 1 á 2 de Setembro de 2007 em Estocolmo, na Suécia;

Esta ciente de que as crianças são um grupo particularmente exposto a violência com armas de fogo, sejam elas vítimas ou promotoras, por isso a sua situação tem que informar todo o trabalho direccionado a prevenção e repressão da violência armada;

Expressa o seu empenho incondicional para o alívio do sofrimento que as armas ligeiras e de pequeno porte infligem sobre ás crianças

Pede para que todos actores combinem ambas medidas persuasivas e proibitivas quando se referem das crianças em relação as armas ligeiras e de pequeno porte, colocando ênfases sobre a garantia de que tais objectos não são desviados para crianças e que as comunidades e outros intervenientes têm conhecimento dos riscos;

Reitera porém, que o seu empenho para promover as vozes e soluções para a redução da violência armada, uma vez que o conhecimento local e as abordagens baseadas na comunidade são chaves para identificar soluções duradouras para os problemas relacionados com as crianças e armas ligeiras e de pequeno porte;

Esta também convencida de que as crianças devem ter uma voz própria e que suas experiências e desejos sejam inclusos quando as medidas em relação as armas ligeiras e de pequeno porte e são adoptadas as suas implicações as crianças;

Apela os legisladores a fim de aumentarem uma cultura de paz e salvaguardando as crianças e as futuras gerações de serem expostas a violência armada, para impor a idade mínima de 18 anos para a compra, posse e uso de armas de fogo e no recrutamento para o serviço militar;

Chama atenção as necessidades especiais de três grupos de crianças: crianças soldados, crianças no crime organizado armado e raparigas nas situações de pós conflito e de recuperação;

Exige que quando forem estabelecidos os instrumentos sobre armas ligeiras e de pequeno porte ou com relevância a armas ligeiras e de pequeno porte, tais como a iniciativa de Trado de Comercio, o “ Protocolo de crianças soldados” seja condicionalmente observado e especificamente de que os programas de desarmamento, desmobilização e a reintegração sejam adoptados para satisfazer as necessidades de ambos mulheres e homens jovens combatentes e por isso dentre outras a Resolução de 1325 deveria também servir para guiar tais programas e processos.

Abraça a ideia de considerar uma regulação internacional semelhante como a que governa as crianças soldados dos governos, também para as crianças na violência armada organizada, uma vez que esta é particularmente uma característica de preocupação da criminalidade susceptível a ser acompanhada pela estigmatização pública de crianças nos grupos, colocando assim longas ameaças a coesão social;

Propõe que sejam conduzidos mais estudos sobre as ligações entre as crianças e Armas ligeiras e de pequeno porte para uma melhor compreensão da questão e para facilitar a identificação de melhores praticas e subsequente formulação de politicas compreensivas;

Recomenda que os indicadores macro económicos sejam desenvolvidos que reflectam o impacto sócio económico dos problemas de armas ligeiras e de pequeno porte relacionados com as crianças, assim como definir prioridades correctas para despesas publicas, e esta entre outros convencido de que as sociedades se esperam ganhar do encaminhamento dos recursos diante as medidas preventivas;

Apela aos membros do Fórum e os colegas parlamentares dedicados a redução da violência armada, a fazerem o uso de todos os instrumentos parlamentares que lhes são disponíveis— tais como as iniciativas de legislação, medidas de fiscalização, alocação do orçamento e actividades de sensibilização— para garantir que os problemas de armas ligeiras e de pequeno porte relacionados as crianças sejam devidamente atendidos, e;

Mandata ao Secretariado a realizar várias actividades dentro do programa do trabalho do Fórum de modo a consideravelmente levantar o perfil do Fórum sobre a questão de crianças e armas ligeiras e de pequeno porte de entre outras através do desenvolvimento de instrumentos políticos práticos, construção da capacidade, reformas das legislações relacionadas a armas ligeiras e de pequeno porte, e as campanhas de sensibilização;